

**EDITAL Nº. 001/2014 – MPTC****Segundo Termo Aditivo**

O PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a reabertura dos prazos recursais quanto à prova escrita com questões discursivas, e respeitando a data prevista para a realização da prova oral e a consequente programação dos candidatos, RESOLVE:

1. Alterar o cronograma do Concurso Público, estipulando novas datas para a publicação do resultado dos recursos quanto à prova escrita com questões discursivas, entrega de títulos e inscrição definitiva, deferimento das inscrições definitivas e recursos pelo indeferimento e convocação para a prova oral.

ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA

	EVENTO	DATAS PROVÁVEIS	
		INÍCIO	FINAL
28	Resultado dos recursos- resultado da prova discursiva		1º/12/2014
29	Prazo para inscrição definitiva e entrega de títulos	2/12/2014	05/12/2014
30	Publicação das inscrições definitivas		08/12/2014
31	Convocação para a prova oral		08/12/2014
32	Prazo Recursal – inscrições definitivas	09/12/2014	10/12/2014
33	Publicação do resultado dos recursos – inscrições definitivas. Retificação da convocação para a prova oral, se for o caso, em conformidade com os resultados dos recursos contra as inscrições definitivas		11/12/2014

2. Em razão da alteração do cronograma, alterar os itens 9.2, 9.3 e 9.5 do Edital que passam a ter a seguinte redação:

9.2 A Comissão organizadora publicará, na data provável de 1º de dezembro de 2014, no site do concurso <http://mptc.fepese.org.br/>, a relação dos candidatos habilitados a efetuarem a inscrição definitiva.

9.3 Para efetuar a inscrição definitiva o candidato deverá pessoalmente, por procurador devidamente constituído ou via postal, no período de 2 de dezembro de



ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradoria-Geral

2014 a 5 de dezembro de 2014, das 8h às 17 horas, entregar na FEPESE a seguinte documentação:

1. Requerimento dirigido ao Presidente da Comissão do Concurso, pedindo a inscrição definitiva;
2. Cópia autenticada do documento de identidade, assim compreendidas as carteiras expedidas pelos ministérios militares, pelas secretarias de estado de segurança pública e por órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens e conselhos regionais), o passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
3. Cópia autenticada do diploma de Bacharel em Direito, devidamente registrado;
4. Prova de quitação ou regularidade com o Serviço Militar e com a Justiça Eleitoral;
5. Certidão negativa, fornecida pelas distribuidoras criminais e civis da Justiça estadual e federal dos lugares em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
6. Certidão de antecedentes disciplinares, expedida pela(s) seccional (is) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) onde tiver inscrição o candidato, caso não esteja impedido, emitida com data igual ou posterior à publicação do Edital do Concurso;
7. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia Civil estadual ou do Distrito Federal obtida nos lugares em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
8. Declaração do candidato, com sua firma reconhecida, na qual conste nunca ter sido indiciado em inquérito policial ou processado criminalmente ou, em caso contrário, notícia específica da ocorrência, acompanhada dos esclarecimentos pertinentes;
9. Curriculum vitae datilografado ou impresso;
10. Documentos comprobatórios dos títulos cuja pontuação pretende obter conforme as normas do Edital, sob pena de preclusão

9.5 A Comissão do Concurso publicará no endereço eletrônico do concurso <http://mptc.fepese.org.br/>, na data provável de 11 de dezembro de 2014, o deferimento dos pedidos de inscrição definitiva.

Florianópolis, 21 de novembro de 2014.

Aderson Flores
Procurador-Geral